



Curso Novas Regras de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas

Conhecimento essencial em Gestão de Controladoria

Depois de sucessivas crises econômicas, os investidores pressionam cada vez mais pela garantia e confiabilidade nas demonstrações contábeis. Fatos estes que levam a uma crescente padronização mundial e o Brasil deu o primeiro passo neste sentido, com a publicação da Lei 11.638/2007 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm), que teve como principal objetivo a alteração na legislação societária, modificando a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, em vigor desde 1º de janeiro de 2008 e que teve sua origem com o projeto de Lei nº 3.741/2000 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976. Esta mudança visa aprofundar a harmonização dessas regras com os pronunciamentos internacionais, em especial os emitidos pelo IASB - International Accounting Standard Board que norteia a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais editadas (<http://www.ifrs.org/Home.htm>).

As novas regras de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas (CPC - PME), têm aplicação obrigatória no segmento das PMEs, em decorrência da edição pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC da Resolução nº 1.255/09 que aprova a NBC T 19.41, em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010.



No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - é a entidade com a atribuição de estudar, pesquisar, discutir, elaborar e deliberar sobre o conteúdo e a redação de Pronunciamentos Técnicos, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O CPC PME, deve ser adotado por empresas com receita bruta até R\$ 300 milhões de reais/ano ou a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total até R\$ 240 milhões de reais. É um contingente expressivo de empresas que devem adotar esse Pronunciamento para a elaboração e apresentação das suas demonstrações contábeis ao final deste exercício.

A convergência da Contabilidade brasileira às normas do IFRS/IASB constitui um dos fatores que contribuirá para mudar a relação da economia brasileira com o mundo. Segundo o Prof. Vagner Margarido: “Milhares de contabilistas em atividade no Brasil terão que, obrigatoriamente, se adaptar a esse conjunto de normas”.

A Lei 12.249, que deu poderes ao CFC de instituir o Exame de Suficiência, similar ao da Ordem dos Advogados do Brasil, com isso, aumenta a necessidade do contador de aprimorar ainda mais o seu conhecimento para exercer a sua atividade profissional e como conseqüência, maior valorização da classe contábil.

Por outro lado, a não observância das normas editadas pode causar transtornos ao profissional de contabilidade, pelo poder regulatório do CFC que aplica penalidades com base no Código de Ética da profissão. Dependendo da extensão da inobservância das normas, o profissional pode também ter que responder civilmente, pois o Código Civil Brasileiro, em vigor desde janeiro de 2003, prevê penalidades para contadores e administradores das empresas que não mantiverem os registros contábeis em ordem.



Objetivo

Este curso tem como propósito oferecer ao egresso conhecimento básico dos novos conceitos fundamentais para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as regras editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas, de conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities) – IFRS for SMEs.

Público alvo

Tendo em vista a relevância do assunto, este curso é voltado para profissionais de contabilidade, diretores, gerentes, administradores, analistas de crédito e de investimentos, estudantes de contabilidade e demais usuários das demonstrações contábeis.

As aulas serão ministradas na forma presencial, onde será abordado os principais tópicos do “CPC - PME”, **com aplicação de exercícios de fixação.**

Benefícios

Fornecer subsídios para os alunos realizarem uma imersão completa neste ambiente. Ao final deste evento o participante estará apto para:

- Entender mais sobre esta prática, que propõe uma lista integrada de competências e sua importância, especialmente para profissionais de contabilidade, envolvidos na elaboração das demonstrações contábeis, diretores, gerentes, administradores, analistas de crédito e de investimentos, estudantes de contabilidade e demais usuários interessados em aprimorar os conhecimentos para melhor entendimento da nova forma de apresentação do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Resultados do Exercício;
- Ao final do treinamento, ter uma visão ampliada sobre a necessidade da convergência da Contabilidade Brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade, e um melhor entendimento do processo de mudança, facilitando assim a sua aplicação prática nas Pequenas e Médias Empresas.



Metodologia de ensino

Exposição interativa com apresentação de exercícios de fixação.

O curso tem como proposta preparar o participante para entender mais sobre a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, de conformidade com as novas regras impostas pelo CPC – PME. Através de abordagem teórica e prática, com a interação dos alunos, por meio de debates, propiciará um suporte para elucidação de dúvidas durante e após o término imediato do curso.

Pré-requisitos

Recomenda-se que o participante tenha conhecimentos básicos de contabilidade, para melhor aproveitamento no entendimento dos novos conceitos aplicados na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.

Material Didático

Apostila fornecida com os slides do curso e espaço para anotações.



Conteúdo Programático

Os objetivos do curso são alcançados em um processo indutivo, onde os requisitos para a constituição dos novos demonstrativos e os procedimentos envolvidos são abordados através das seguintes etapas:

1. INTRODUÇÃO

- O Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Demonstrações contábeis para fins gerais;
- Contabilidade para pequenas e médias empresas (PMEs);
- Aplicabilidade do Pronunciamento para PMEs;
- Organização do Pronunciamento;
- Manutenção do conteúdo do Pronunciamento.

2. PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

- Alcance;
- Descrição de pequenas e médias empresas.

3. CONCEITOS E PRINCÍPIOS GERAIS

- Alcance;
- Objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas;
- Características qualitativas de informação em demonstrações contábeis.

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Características qualitativas de informação em demonstrações contábeis;
- Compreensibilidade;
- Relevância;
- Materialidade ;
- Confiabilidade;
- Primazia da essência sobre a forma;
- Prudência ;
- Integralidade;
- Comparabilidade;
- Tempestividade;
- Equilíbrio entre custo e benefício.

5. BALANÇO PATRIMONIAL

- Ativo;
- Passivo;
- Patrimônio Líquido.



6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

- Desempenho / Resultado;
- Despesa ;
- Receita.

7. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

- Objetivo;
- Informação a ser apresentada na demonstração das mutações do patrimônio Líquido ;
- Informação a ser apresentada na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados.

8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

- Alcance;
- Equivalentes de caixa;
- Informação a ser apresentada na demonstração dos fluxos de caixa.

9. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Alcance ;
- Estrutura das notas explicativas.

10. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS E SEPARADAS

- Alcance ;
- Exigência de apresentação de demonstrações consolidadas ;
- Procedimentos de consolidação ;
- Transações e saldos dentro do grupo econômico ;
- Data de divulgação ;
- Práticas contábeis uniformes ;
- Aquisição e alienação de controladas ;
- Participação dos não controladores nas controladas ;
- Divulgação nas demonstrações consolidadas;
- Apresentação de demonstrações separadas.

11. POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO

- Alcance;
- Seleção e aplicação de políticas contábeis ;
- Consistência das políticas contábeis;
- Mudança nas políticas contábeis;
- Mudança nas estimativas contábeis;
- Retificação de erros de exercícios anteriores.



12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS BÁSICOS

- Alcance ;
- Escolha da prática contábil ;
- Instrumentos financeiros básicos ;
- Reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros ;
- Mensuração subsequente ;
- Custo amortizado e o método da taxa efetiva de juros ;
- Divulgação das práticas contábeis para instrumentos financeiros.

13. ESTOQUES

- Alcance ;
- Mensuração de estoques ;
- Custo de estoques ;
- Custos de transformação ;
- Alocação dos custos indiretos de produção ;
- Produtos conjuntos e subprodutos;
- Outros custos incluídos nos estoques ;
- Custos excluídos dos estoques;
- Custos de estoques de prestador de serviços;
- Técnicas para avaliar custo ;
- Métodos de avaliação do custo ;
- Redução ao valor recuperável de estoques.

14. INVESTIMENTO EM CONTROLADA E EM COLIGADA

- Alcance ;
- Definição ;
- Mensuração ;
- Método do custo ;
- Método da equivalência patrimonial ;
- Método do valor justo ;
- Apresentação das demonstrações contábeis ;
- Divulgação.

15. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO (JOINT VENTURE)

- Alcance ;
- Definição de empreendimento controlado em conjunto ;
- Operação controlada em conjunto;
- Ativo controlado em conjunto ;
- Entidade controlada em conjunto ;
- Mensuração ;
- Método do custo ;
- Método da equivalência patrimonial ;
- Método do valor justo ;
- Transação entre empreendedor e empreendimento controlado em conjunto ;
- Investidor sem controle conjunto ;
- Divulgação.



16. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

- Alcance ;
- Definição e reconhecimento inicial de propriedade para investimento ;
- Mensuração no reconhecimento inicial ;
- Mensuração após o reconhecimento inicial ;
- Transferência ;
- Divulgação.

17. ATIVO IMOBILIZADO

- Alcance ;
- Reconhecimento ;
- Mensuração na data do reconhecimento ;
- Elementos do custo ;
- Mensuração do custo ;
- Troca de ativos ;
- Mensuração após o reconhecimento inicial ;
- Depreciação ;
- Redução ao valor recuperável ;
- Ativo imobilizado mantido para venda ;
- Baixa ;
- Divulgação.

18. ATIVO INTANGÍVEL EXCETO ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (GOODWILL)

- Alcance ;
- Reconhecimento.

19. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS E ÁGIO POR EXPECTATIVA DE RENTABILIDADE FUTURA (GOODWILL)

- Alcance ;
- Definição ;
- Contabilização ;
- Identificação do adquirente ;
- Custo de combinação de negócios ;
- Ajustes no custo ;
- Alocação do custo ;
- Ágio ;
- Divulgação.



20. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

- Alcance;
- Classificação de arrendamento mercantil ;
- Reconhecimento inicial ;
- Mensuração subsequente ;
- Divulgação.

21. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

- Alcance ;
- Reconhecimento inicial ;
- Mensuração inicial;
- Mensuração subsequente ;
- Divulgação.

22. PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Alcance ;
- Classificação de instrumento como passivo ou patrimônio líquido.

23. RECEITAS

- Alcance ;
- Mensuração da receita ;
- Pagamento diferido ;
- Troca de produtos e serviços ;
- Identificação da transação de receita
- Venda de Produtos ;
- Prestação de serviços ;
- Contrato de construção ;
- Método de percentagem completada ;
- Juros, Royalties e dividendos – Divulgação.

24. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

- Alcance;
- Reconhecimento e mensuração ;
- Divulgação.

25. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

- Alcance ;
- Reconhecimento ;
- Divulgação.



26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

- Alcance ;
- Reconhecimento ;
- Mensuração ;
- Divulgação.

27. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

- Objetivo e alcance ;
- Indicadores de desvalorização ;
- Mensuração do valor recuperável ;
- Valor justo menos despesa para vender ;
- Valor em uso ;
- Reconhecimento e mensuração de perda ;
- Reversão de perda ;
- Divulgação.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

- Alcance ;
- Princípios gerais de reconhecimento ;
- Reconhecimento e mensuração ;
- Divulgação.

29. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

- Alcance;
- Contabilização dos tributos sobre o lucro ;
- Reconhecimento e mensuração ;
- Base fiscal ;
- Diferenças temporárias ;
- Ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos ;
- Provisão para realização ;
- Tributo retido na fonte ;
- Divulgação.

30. EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Alcance ;
- Moeda funcional ;
- Divulgação de transações.

31. EVENTO SUBSEQUENTE

- Alcance ;
- Reconhecimento e mensuração ;
- Divulgação.



32. DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

- Alcance;
- Definição ;
- Divulgação.

33. ATIVIDADES ESPECIALIZADAS

- Alcance ;
- Agricultura ;
- Reconhecimento ;
- Mensuração ;
- Divulgação.

34. ADOÇÃO INICIAL DO PRONUNCIAMENTO

- Alcance ;
- Adoção inicial ;
- Procedimentos para elaboração de demonstrações contábeis na data de transição ;
- Divulgação.

Facilitador:

VAGNER MARGARIDO,

Mestre em Controladoria Empresarial pelo MACKENZIE, MBA em Controladoria pelo IPEC, Bacharel em Ciências Contábeis pela FATI.

Empresário no setor de contabilidade a mais de 30 anos. Atualmente é titular da Euthynes Auditoria e Consultoria onde atua como auditor e consultor de empresas.

Como docente adquiriu experiência ao longo de 11 anos, nos cursos livres e Técnico em Contabilidade do SENAC-SP, e também como palestrante em várias instituições, e ainda a participação em bancas examinadoras de trabalhos para a conclusão do curso de graduação em Ciências Contábeis na Universidade Mackenzie. Atualmente professor de Análise de Balanços no curso de Pós-Graduação em Controladoria e Finanças do Centro Universitário SENAC / Sorocaba e professor de Contabilidade Geral na Universidade Cruzeiro do Sul.



*Material desenvolvido para o
treinamento ministrado por
Vagner Margarido em parceria
com o GrupoTreinar. É proibida
a cópia deste conteúdo, no todo
ou em parte, sem autorização
prévia.*
